



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING INTERNET**

**16/07/2016 ATÉ 16/07/2016**



# INDÍCE

---

1	AÇÕES CORREGEDORIA	
	1.1 SITE 0 MARANHENSE.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG DANIEL MATOS.....	2
	2.2 BLOG GILBERTO LIMA.....	3
	2.3 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	4
3	CORREGEDOR (A)	
	3.1 SITE 0 MARANHENSE.....	5
4	DESEMBARGADOR	
	4.1 BLOG MÔNICA ALVES.....	6
5	EXECUÇÕES PENAIS	
	5.1 BLOG LUÍS PABLO.....	7
6	JUIZES	
	6.1 BLOG DANIEL MATOS.....	8
	6.2 BLOG JOHN CUTRIM.....	9
7	VARA CÍVEL	
	7.1 SITE 0 MARANHENSE.....	10

# Pacovan é preso por descumprir medidas cautelares 269 vezes

16/07/2016 10:44:53

**Eduardo DP, conhecido como Imperador, também teve prisão decretada**

Foi preso na tarde desta sexta-feira, 15, em uma loja de pneus na BR 135, em São Luís, Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan. A decisão do juiz Jorge Antonio Sales Leite, da 3ª Vara da Comarca de Bacabal, foi motivada pelo descumprimento das medidas cautelares determinadas pelo Poder Judiciário.

Ao todo, o acusado violou 269 vezes as medidas que determinavam o comparecimento periódico ao Poder Judiciário; proibição de ausentar-se do Maranhão, sem prévia comunicação; recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; proibição de manter contato com os demais acusados, bem como com as testemunhas de acusação; e monitoramento eletrônico.

O relatório do Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas comprovou várias irregularidades no uso da tornozeleira eletrônica. "As transgressões foram quase que diárias desde o dia 13 de março de 2016 até a presente data", destacou o magistrado.

As medidas cautelares têm por objetivo a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal. Pacovan e mais 16 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público do Maranhão pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

## REVIRAVOLTA

O acusado foi libertado após a concessão de um habeas corpus pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

Em fevereiro, a ex-procuradora-geral de justiça, Regina Rocha, ajuizou pedido de reconsideração da liminar para restabelecer os efeitos que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal do TJ. No dia 22 de fevereiro, o pedido do MPMA foi deferido e no dia seguinte Pacovan foi preso novamente.

Em março, os desembargadores concederam ordem de habeas corpus para substituir a prisão pelas medidas cautelares, que foram descumpridas e motivaram a nova prisão nesta sexta-feira.

**EDUARDO DP - IMPERADOR**

O Poder Judiciário, em Bacabal, também expediu, nesta sexta-feira, 15, mandado de prisão preventiva contra Eduardo José Barros Costa, vulgo Eduardo DP ou Imperador. A decisão foi motivada pelo descumprimento de medidas cautelares que o obrigavam a se apresentar mensalmente à Justiça. A prisão ainda não foi efetuada.

No dia 5 de julho, como parte da Operação Paulo Ramos II, coordenada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), foram cumpridos sete mandados de prisão preventiva, entre eles o do prefeito de Paulo Ramos, Tanclredo Lima Araújo.

Eduardo DP também teve mandado de prisão preventiva, mas ele não foi localizado e ficou foragido até a última quarta-feira, 13 de julho, quando se apresentou à Justiça e ficou detido na Penitenciária de Pedrinhas. No dia seguinte, ele foi libertado por determinação do desembargador Tyrone José Silva.

## **HISTÓRICO**

Desde o assassinato do jornalista Décio Sá, em 2012, já foram efetuadas diversas prisões como desdobramento da Operação Detonando. As investigações chegaram a uma organização criminosa comandada por Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda, que desviava recursos públicos em, pelo menos, 42 municípios do Maranhão.

As investigações realizadas pelo Ministério Público já levaram à prisão de três prefeitos e seis ex-gestores municipais, além de um tesoureiro. Diversas outras investigações continuam em andamento no Gaeco e Seccor.

Fonte: Ministério Público do Maranhão (MPMA)

O post [Pacovan é preso por descumprir medidas cautelares 269 vezes](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

# Supremo mantém decisão do CNJ que afastou juiz Marcelo Baldochi

16/07/2016 11:07:12

Juiz Marcelo Testa Baldochi foi afastado pelo CNJ por abuso de poder

O ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), indeferiu liminar por meio da qual o juiz Marcelo Testa Baldochi buscava suspender decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinou a abertura do processo administrativo disciplinar (PAD) contra ele e determinou seu afastamento do exercício das funções junto à 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (MA). A decisão foi tomada no Mandado de Segurança (MS) 34245.

No Supremo, o juiz questiona a validade do PAD aberto contra ele, sob o argumento de que o CNJ teria cometido ilegalidade ao avocar sindicância instaurada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) na qual se apurava acusação de que ele teria cometido abuso de poder em benefício próprio. Sustenta que o órgão só poderia chamar para si processos disciplinares em curso, e não sindicâncias. Alega que o procedimento avocado não teria sido objeto de qualquer providência administrativa no TJ-MA e aponta ilegalidade em seu afastamento das funções de magistrado, pois as questões suscitadas não teriam correlação com a atividade judicante.

Em sua decisão, o ministro Barroso entendeu não existir, pelo menos em análise inicial, qualquer plausibilidade jurídica nas alegações apresentadas no MS, pois, como a avocação ocorreu em 2015, já ocorreu a decadência do direito de impetrar mandado de segurança. Independentemente de ter ocorrido a decadência, o relator considera que o CNJ poderia avocar o procedimento e citou, nesse sentido, precedente do Tribunal (MS 29925). Saliou ainda inexistir motivo para impor restrição à avocação, uma vez que o Conselho detém competência para instaurar originariamente o processo.

Quanto ao pedido de retorno às funções, Barroso destacou que a decisão que determinou o afastamento se encontra devidamente fundamentada em fatos que apontam o uso reiterado e arbitrário dos poderes de juiz para fazer valer interesses pessoais. "Isso reforça a necessidade de afastamento do impetrante da atividade judicante, além de se preservar a boa reputação e a dignidade do Poder Judiciário, já que tais condutas têm sido amplamente divulgadas na internet", concluiu.

**Fonte:** Supremo Tribunal Federal (STF)

O post [Supremo mantém decisão do CNJ que afastou juiz Marcelo Baldochi](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

# Agiota Pacovan volta a ser preso por descumprir medidas cautelares

15/07/2016 00:00:00

**O relatório do Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas comprovou várias irregularidades no uso da tornozeleira eletrônica.**

**"As transgressões foram quase que diárias desde o dia 13 de março de 2016 até a presente data", disse o magistrado.**

O agiota Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan, voltou a ser preso na tarde desta sexta-feira (15), em uma loja de pneus na BR-135, em São Luís. A decisão do juiz Jorge Antônio Sales Leite, da 3ª Vara da Comarca de Bacabal, foi motivada pelo descumprimento das medidas cautelares determinadas pelo Poder Judiciário.

Pelas informações do magistrado, o acusado violou 269 vezes as medidas que determinavam o comparecimento periódico ao Poder Judiciário; proibição de ausentar-se do Maranhão, sem prévia comunicação; recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; proibição de manter contato com os demais acusados, bem como com as testemunhas de acusação; e monitoramento eletrônico.

O relatório do Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas comprovou várias irregularidades no uso da tornozeleira eletrônica. "As transgressões foram quase que diárias desde o dia 13 de março de 2016 até a presente data", disse o magistrado.

As medidas cautelares têm por objetivo a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal. Pacovan e mais 16 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público do Maranhão pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

## **Reviravolta**

O acusado foi libertado após a concessão de um habeas corpus pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

Em fevereiro, a ex-procuradora-geral de justiça, Regina Rocha, ajuizou pedido de reconsideração da liminar para restabelecer os efeitos que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal do TJ. No dia 22 de fevereiro, o pedido do MPMA foi deferido e no dia seguinte Pacovan foi preso novamente.

Em março, os desembargadores concederam ordem de habeas corpus para substituir a prisão pelas medidas cautelares, que foram descumpridas e motivaram a nova prisão nesta sexta-feira.

## **Eduardo DP, o Imperador**

O Poder Judiciário, em Bacabal, também expediu, nesta sexta-feira (15), mandado de prisão preventiva

contra Eduardo José Barros Costa, vulgo Eduardo DP ou Imperador. A decisão foi motivada pelo descumprimento de medidas cautelares que o obrigavam a se apresentar mensalmente à Justiça. A prisão ainda não foi efetuada.

No dia 5 de julho, como parte da Operação Paulo Ramos II, coordenada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), foram cumpridos sete mandados de prisão preventiva, entre eles o do prefeito de Paulo Ramos, Tancledo Lima Araújo.

Eduardo DP também teve mandado de prisão preventiva, mas ele não foi localizado e ficou foragido até a última quarta-feira, 13 de julho, quando se apresentou à Justiça e ficou detido na Penitenciária de Pedrinhas. No dia seguinte, ele foi libertado por determinação do desembargador Tyrone José Silva.

### **Histórico**

Desde o assassinato do jornalista Décio Sá, em 2012, já foram efetuadas diversas prisões como desdobramento da Operação Detonando. As investigações chegaram a uma organização criminosa comandada por Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda, que desviava recursos públicos em, pelo menos, 42 municípios do Maranhão.

As investigações realizadas pelo Ministério Público já levaram à prisão de três prefeitos e seis ex-gestores municipais, além de um tesoureiro. Diversas outras investigações continuam em andamento no Gaeco e Seccor.

# Juiz maranhense continuará afastado

**16/07/2016 10:49:34**

Juiz que deu voz de prisão a funcionários da TAM continuará afastado

O ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, indeferiu liminar requerida pelo juiz Marcelo Testa Baldochi, que pretendia suspender decisão do Conselho Nacional de Justiça que determinou seu afastamento da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, Maranhão. (\*)

O juiz é investigado por "reiterado comportamento arbitrário e abuso de poder". Em 2014, deu voz de prisão a dois funcionários da TAM por não conseguir embarcar em um voo que já estava com o check-in encerrado.

A corregedoria do CNJ também apura indícios de que o magistrado determinou prisões arbitrárias, além de ser suspeito de ter cometido apropriação indébita de um lote de gado.

A abertura de três processos contra Baldochi foi proposta pela corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi

Barroso entende que a decisão do afastamento está devidamente fundamentada em fatos que apontam o uso reiterado e arbitrário dos poderes de juiz para fazer valer interesses pessoais.

"Isso reforça a necessidade de afastamento do impetrante da atividade judicante, além de se preservar a boa reputação e a dignidade do Poder Judiciário, já que tais condutas têm sido amplamente divulgadas na internet", decidiu.

No Supremo, o juiz questiona a validade do Processo Administrativo Disciplinar, sob o argumento de que o CNJ teria cometido ilegalidade ao avocar sindicância instaurada no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Alega que o procedimento avocado não teria sido objeto de qualquer providência administrativa no TJ-MA e que as questões suscitadas não teriam correlação com a atividade judicante.

Como a avocação foi em 2015, já ocorreu a decadência do direito de impetrar mandado de segurança. Barroso entendeu que não existe motivo para impor restrição à avocação, uma vez que o Conselho detém competência para instaurar originariamente o processo.

O post [Juiz maranhense continuará afastado](#) apareceu primeiro em [John Cutrim](#).



# No Maranhão quem comete crime e tem curso de nível superior não fica na cadeia

15/07/2016 23:13:06

Detentos na cela do Complexo Penitenciário de Pedrinhas; quem tem curso superior não fica

A afirmação acima pode ser comprovada nas recentes decisões de juízes que, baseando-se na situação caótica e degradante das unidades prisionais do estado, têm convertido a prisão preventiva ou temporária em prisão domiciliar, somente para quem tem curso de nível superior.

Somente hoje, oito pessoas que foram presas na terça (12), durante a Operação Lilliput, da Polícia Federal, [tiveram prisão domiciliar determinado pelo juiz federal Magno Linhares.](#)

A decisão foi tomada após os investigados alegarem justamente que não estava sendo cumprida a lei para quem tem nível superior, que garante o direito de permanecer em cela separada (ou prisão especial) dos demais presos.

Sem presídios que estejam aptos e em conformidade com o que manda a lei, como é o caso do Maranhão, todos que forem presos e tiverem curso superior já sabem o que fazer para tentar escapar da cadeia do Complexo de Pedrinhas.

O governo do Estado, que tanto faz questão de fazer propaganda para dizer como a realidade de Pedrinhas mudou nesses quase dois anos, nada tem feito para manter atrás das grades quem comete crimes e precisa ficar, conforme determina a lei, em celas separadas.

Enquanto isso, quem rouba dinheiro público - cometendo crimes contra a ordem tributária, segue cumprindo sua "prisão" no seu "aconchego."

# De novo: Pacovan é preso por descumprir medidas judiciais

14/07/2016 22:00:26

Ao que parece, Pacovan já se acostumou com o "prende e solta e solta e prende"

Foi preso na tarde desta sexta-feira, 15, pela Polícia Civil - por meio da Superintendência de Combate a Corrupção - SECCOR -, o empresário Josival Cavalcante da Silva, mais conhecido como o agiota Pacovan. Pacovan teve, de novo, prisão decretada após descumprir medidas determinadas pela Justiça. O momento da prisão aconteceu na BR 135.

Pacovan estava sendo monitorado por meio de tornozeleira eletrônica. Ele responde a processos por desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Além disso, ele também é suspeito de comandar esquemas de agiotagem em prefeituras do Maranhão.

## Em tempo

Em novembro de 2015, Pacovan foi um dos alvos da segunda etapa da Operação El Berite, coordenada pelo Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas (Gaeco).

# Juiz de Bacabal decreta prisão do agiota Pacovan por descumprir medidas cautelares

15/07/2016 00:00:00

Foi preso na tarde desta sexta-feira (15), em uma loja de pneus na BR-135, em São Luís, Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan. A decisão do juiz Jorge Antonio Sales Leite, da 3ª Vara da Comarca de Bacabal, foi motivada pelo descumprimento das medidas cautelares determinadas pelo Poder Judiciário.

Ao todo, o acusado violou 269 vezes as medidas que determinavam o comparecimento periódico ao Poder Judiciário; proibição de ausentar-se do Maranhão, sem prévia comunicação; recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga; proibição de manter contato com os demais acusados, bem como com as testemunhas de acusação; e monitoramento eletrônico.

O relatório do Sistema de Acompanhamento de Custódia 24 horas comprovou várias irregularidades no uso da tornozeleira eletrônica. "As transgressões foram quase que diárias desde o dia 13 de março de 2016 até a presente data", destacou o magistrado.

As medidas cautelares têm por objetivo a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal. Pacovan e mais 16 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público do Maranhão pela prática dos crimes de desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A prisão dele, em 18 de novembro de 2015, e de outros integrantes da organização foi determinada pela justiça da Comarca de Bacabal.

## Reviravolta

O acusado foi libertado após a concessão de um *habeas corpus* pelo desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho, durante o plantão judicial do dia 31 de janeiro.

Em fevereiro, a ex-procuradora-geral de justiça, Regina Rocha, ajuizou pedido de reconsideração da liminar para restabelecer os efeitos que decretou a prisão preventiva de Pacovan até o julgamento definitivo do processo pela 3ª Câmara Criminal do TJ. No dia 22 de fevereiro, o pedido do MPMA foi deferido e no dia seguinte Pacovan foi preso novamente.

Em março, os desembargadores concederam ordem de *habeas corpus* para substituir a prisão pelas medidas cautelares, que foram descumpridas e motivaram a nova prisão nesta sexta-feira.

## Eduardo DP - Imperador

O Poder Judiciário, em Bacabal, também expediu, nesta sexta-feira (15), mandado de prisão preventiva contra Eduardo José Barros Costa, vulgo Eduardo DP ou Imperador. A decisão foi motivada pelo descumprimento de medidas cautelares que o obrigavam a se apresentar mensalmente à Justiça. A prisão ainda não foi efetuada.

No dia 5 de julho, como parte da Operação Paulo Ramos II, coordenada pelo Grupo de Atuação Especial no

Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), foram cumpridos sete mandados de prisão preventiva, entre eles o do prefeito de Paulo Ramos, Tanclêdo Lima Araújo.

Eduardo DP também teve mandado de prisão preventiva, mas ele não foi localizado e ficou foragido até a última quarta-feira, 13 de julho, quando se apresentou à Justiça e ficou detido na Penitenciária de Pedrinhas. No dia seguinte, ele foi libertado por determinação do desembargador Tyrone José Silva.

## **Histórico**

Desde o assassinato do jornalista Décio Sá, em 2012, já foram efetuadas diversas prisões como desdobramento da Operação Detonando. As investigações chegaram a uma organização criminosa comandada por Gláucio Alencar e José de Alencar Miranda, que desviava recursos públicos em, pelo menos, 42 municípios do Maranhão.

As investigações realizadas pelo Ministério Público já levaram à prisão de três prefeitos e seis ex-gestores municipais, além de um tesoureiro. Diversas outras investigações continuam em andamento no Gaeco e Seccor.

# Corregedoria destaca resultados positivos nos julgamentos no primeiro semestre de 2016

15/07/2016 23:59:05

A Corregedoria Geral da Justiça fez uma avaliação do cumprimento das metas de produtividades estabelecidas pelo Judiciário nacional e destacou aspectos positivos dentre os resultados obtidos no julgamento da demanda judicial em nível de primeiro grau nas comarcas do Estado, no primeiro semestre deste ano.

Conforme relatório de acompanhamento da Divisão de Estatística da GGJ-MA, o comparativo de desempenho no período de janeiro a junho de 2015 e 2016, demonstrou pontos positivos decorrentes da proximidade do alcance das metas previstas para serem cumpridas até o final deste ano.

No cumprimento da META 1 - julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, os percentuais foram positivos para o 1º grau comum (varas judiciais) com 63,05% de alcance da meta estipulada, 1,46% a mais de julgamentos em comparação ao mesmo período de 2015. Os Juizados Especiais julgaram 93,93%, superando em 2,74% o ano anterior, e as Turmas Recursais 92,48%, com acréscimo de 0,91%.

Quanto ao cumprimento da META 2 - identificar e julgar, nos juizados especiais e turmas recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013, os resultados positivos foram de 92,69% dos processos já julgados, que representam um crescimento de 1,34%, e 98,99% nas Turmas Recursais, perfazendo o resultado positivo de 3,07% a mais de ações julgadas.

Já no cumprimento da META 4 - identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas 31/12/2013, os juizados especiais criminais foram os responsáveis pelo saldo positivo: 41,12%.

O acompanhamento da produtividade está previsto na Meta 7 do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O Plano de Gestão da Corregedoria está alinhado às ações estratégicas do Poder Judiciário nacional.

Segundo o coordenador do planejamento estratégico da Corregedoria, juiz Gladiston Cutrim, a CGJ está comunicando periodicamente os juízes, como forma de acompanhar sistematicamente o cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), oferecendo suporte às unidades com maiores dificuldades. O último comunicado foi remetido no dia 27 de junho.

"Os magistrados e servidores têm se empenhado para atingir as metas nacionais, apesar das dificuldades

existentes com a falta de recursos e de pessoal", ressaltou Gladiston Cutrim.

POSTLINK%%

# Corregedora empossa membros de Turma Recursal de Presidente Dutra

16/07/2016 06:00:55

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, empossou nesta sexta-feira (15), no gabinete da Corregedoria, os juízes de direito Antônio Elias de Queiroga Filho e Haderson Rezende Ribeiro.

O juiz Antônio Elias de Queiroga Filho (titular da 1ª vara da comarca de Barra do Corda) foi empossado no cargo de membro titular da turma recursal cível e criminal, com sede em Presidente Dutra. Já o juiz Haderson Rezende Ribeiro (titular da vara única da comarca de Santo Antônio dos Lopes) tomou posse no cargo de membro suplente da mesma turma recursal.

HISTÓRICO - a turma recursal cível e criminal de Presidente Dutra foi instalada em 12 de junho de 2013, abrange as comarcas de Presidente Dutra, Barra do Corda, Buriti Bravo, Colinas, Dom Pedro, Fernando Falcão, Fortuna, Gonçalves Dias, Governador Eugênio Barros, Joselândia, Mirador, Paraibano, Passagem Franca, Santo Antonio dos Lopes, São Domingos do Maranhão, Sucupira do Norte e Tuntum.

Acompanharam a posse as juízas Márcia Chaves (coordenadora dos juizados especiais); Rosária Duarte (coordenadora das serventias judiciais); Teresa Pereira Mendes (titular da 1ª vara criminal de São José de Ribamar) e o juiz Nilo Ribeiro Filho (coordenador de precatórios do TJMA).

POSTLINK%%

# Comissão Sentenciante reúne com juiz e servidores da 3ª Vara Cível da Capital

16/07/2016 06:30:22

A Comissão Sentenciante Itinerante da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/MA) reuniu-se nesta sexta-feira (15), na Diretoria do Fórum Desembargador Sarney Costa, com o juiz titular Douglas Airton Ferreira Amorim e os servidores da 3ª Vara Cível São Luís. O objetivo foi discutir as rotinas de trabalho que aquela unidade judicial adotará a partir do próximo dia 1º de agosto, quando passa a receber o apoio da comissão na análise de processos pendentes de julgamento dentro do prazo estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O trabalho da comissão constitui uma das prioridades da corregedora geral de Justiça, desembargadora Anildes Cruz, como forma de reduzir o índice de congestionamento processual.

O juiz Clésio Coelho Cunha, que representou o coordenador da Comissão Sentenciante, juiz Sebastião Lima Bonfim, explicou que a reunião serviu para afinar o discurso entre a comissão e a unidade judicial. "É um trabalho que requer a participação efetiva de todos. Se alguma parte não colaborar, pode comprometer o trabalho do coletivo", explicou. A ideia é integrar as rotinas da comissão com as da 3ª Vara Cível, com vistas a dar celeridade no trâmite processual. "É uma luta contra o relógio. Temos prazo (para conclusão do trabalho) e uma demanda grande".

O juiz Douglas Amorim disse ver com bons olhos o trabalho da Comissão Sentenciante. "É uma ação que tem sido muito bem avaliada, pela contribuição dada às unidades judiciais. Todas as varas cíveis enfrentam excesso de demanda processual, e neste sentido é muito importante o apoio da comissão". O juiz Clésio Coelho elogiou a atuação da 3ª Vara Cível, que classificou como "uma unidade muito bem dirigida". Segundo ele, nenhuma vara cível hoje tem condição de zerar sua demanda processual, razão porque o trabalho da Comissão Sentenciante é indispensável.

Na gestão da corregedora Anildes Cruz, a Comissão Sentenciante, composta por três juízes e um corpo de servidores treinados, já realizou trabalho de apoio na 1ª Vara Cível, nos meses de março a abril deste ano. Ali foram impulsionados 1.426 processos, com 821 despachos, 274 decisões e 331 sentenças. Atualmente a Comissão examina 1.285 processos da 2ª Vara Cível. O trabalho será concluído até o dia 31 deste mês.

Depois da 3ª Vara Cível será a vez da 7ª Vara Cível. A escolha das unidades judiciais para receber o suporte da comissão se dá por meio de diagnóstico de demanda judicial, em que se consideram aquelas unidades com maior taxa de congestionamento. Na definição das quatro primeiras varas cíveis de São Luís, foram levados em consideração a base de dados do acervo geral e processos conclusos com mais de 100 dias (Meta 2 do CNJ). A prioridade é para os processos que precisam ser sentenciados. Mas quando se observa que ainda há pendência, como os casos em que falta a instrução, o juiz da própria Comissão Sentenciante marca e realiza a audiência de instrução com as partes.



O trabalho desenvolvido pela comissão está alinhado ao Plano de Ação da atual gestão da CGJ/MA, que pretende reduzir as taxas de congestionamento processual na Justiça de 1º grau. Sua atuação depende da anuência do magistrado titular da unidade jurisdicional ou de requerimento prévio, salvo quando determinado pela corregedora-geral de Justiça, por indicação de relatório correicional.

POSTLINK%%